

A urgência de uma nova visão regulatória

Presidente da CNseg defende em artigo a avaliação de custo-benefício nas decisões regulatórias

O Jornal Folha de São Paulo de hoje (25) traz artigo do presidente da CNseg, Marcio Coriolano, destacando a necessidade de implantação de um processo de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nas operações dos órgãos federais reguladores brasileiros, à semelhança do que já ocorre em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá.

Coriolano afirma que uma análise de custo-benefício e de impactos econômicos e sociais sobre o processo regulatório gera menos ônus e desequilíbrios econômicos às empresas e aos cidadãos, contribuindo, assim, para a retomada do ciclo de crescimento sustentado do País.

Leia abaixo o artigo na íntegra.

A urgência de uma nova visão regulatória

MARCIO SERÔA DE ARAÚJO CORIOLANO

Diante da atual conjuntura socioeconômica do país, urge que seja inserido na agenda legislativa um tema de fundamental importância: a instituição de uma política de gestão pública que implique, de fato, um programa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nas operações dos órgãos federais reguladores.

Enquanto os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, já evoluíram muito nesse sentido, o Brasil ainda convive com um modelo em que o Estado assume papel regulador, com conduta que eleva custos e ônus impostos às empresas, às instituições e aos cidadãos.

A OCDE classifica a AIR como uma ferramenta que propicia um caminho de análises críticas importantes para se tomar decisões sobre o conteúdo e a forma de regular mercados.

Nos países da OCDE, o processo inclui a análise da relação custo-benefício e dos impactos na concorrência, no emprego, na inovação e na produtividade. No mercado de saúde canadense, diante do estudo de uma proposta considerada política, há, inclusive, a possibilidade de a agência reguladora contratar entidade externa independente para testar o impacto nos negócios.

No Brasil, o tema tem sido objeto de estudos e pesquisas acadêmicas e, irregularmente, gera ações de ordem prática por parte de agências reguladoras. Mas tudo é ainda incipiente diante da urgência de debates, com profundidade, a alteração do curso de elaboração de comandos normativos.

Para o bem da sociedade brasileira, isso deveria ocorrer em todos os setores econômicos, especialmente em mercados regulados. Um programa efetivo de análise de impacto regulatório facilitaria muito as relações governamentais e de compliance no país.

A implantação de uma política lastreada no desenvolvimento de estudos de impacto normativos está intrinsecamente ligada ao fortalecimento das agências reguladoras. Ao analisarmos o setor de seguros, é plausível afirmar que estamos diante do mercado mais regulado pelos governos do mundo inteiro.

Centário esse relacionado à natureza de respeito à responsabilidade de formar poupanças que amparem as garantias assumidas para a proteção de pessoas e patrimônios.

Mas, mesmo sendo responsável por um volume da ordem de R\$ 800 bilhões anuais, a regulação do setor, atualmente, é feita por meio de



Paula Brando

Devemos trabalhar de forma ágil para produzir menos normativos que geram ônus e desequilíbrios econômicos às empresas e aos cidadãos

ser aplicado à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Não há dúvida de que temos um longo caminho a percorrer rumo a um novo contexto regulatório. Isso dependerá da vontade política em trilhar as estradas já percorridas pelos países desenvolvidos.

Ao avançarmos nessa direção, abriremos mais canais de diálogo entre o Poder Público, as empresas e a sociedade em geral. Na prática, devemos trabalhar, arduamente, para produzir menos normativos que geram ônus e desequilíbrios econômicos e sociais.

É preciso enxergar que uma atuação mais enérgica nesse campo auxiliará a retomar o ciclo de crescimento sustentável do país.

Marcio Serôa de Araújo Coriolano é economista, é presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Suplementares (Cesesp) e vice-presidente da Associação Brasileira de Seguros Suplementares (Abas).

Fonte: [CNseg](#), em 25.10.2016.